



EDITAL DA LICITAÇÃO 86 /2017 – PREGÃO ELETRÔNICO

EXCLUSIVO PARA ME's e EPP's

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRCPR**, através de seu Pregoeiro designado, torna público que será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo "**MENOR VALOR POR LOTE**". O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

Manutenção e suporte de servidores com Sistema Operacional Linux e subscrição de licença de uso de software de segurança para o equipamento de Firewall Fortinet Fortigate 100d, conforme especificações constantes deste edital e Anexo I.

2. DA JUSTIFICATIVA:

Atender as necessidades do CRCPR quanto à manutenção e configuração dos serviços e sistemas instalados nos servidores do CRCPR que operam com o Sistema Linux, e a segurança contra diversas ameaças e ataques cibernéticos, garantindo a segurança da rede de computadores do CRCPR e a alta disponibilidade dos serviços prestados.

3. DA ABERTURA:

3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Prazo para envio da Proposta: DA DATA DA LIBERAÇÃO DO EDITAL NO SITE DO BANCO DO BRASIL ATÉ HORÁRIO LIMITE DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA.

Data da Abertura das propostas e início da disputa: 29/ 11/ 2017

Horário de Abertura das Propostas: 08h45min (horário de Brasília)

Horário de início do Pregão: 09h00min

Endereço Eletrônico: www.licitacoes-e.com.br

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1. Poderão participar deste Pregão somente as **microempresas e empresas de pequeno porte** que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem devidamente credenciadas no sistema de pregão eletrônico do Banco do Brasil, por meio do site www.licitacoes-e.com.br para acesso ao sistema eletrônico.

4.2. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seus artigos 47 c/c 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação será destinada com exclusividade para as **microempresas - ME e empresas de pequeno porte – EPP**, tendo em vista que o valor apurado máximo para a mesma é da ordem de R\$ 21.760,00 (vinte e um mil, setecentos e sessenta reais) para lote nº 01, e de





R\$ 21.419,83 (vinte e um mil, quatrocentos e dezenove reais e oitenta e três centavos), para o lote nº 02, logo, inferiores ao valor estipulado no referido diploma legal que é de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.3. O Pregão será conduzido pelo CRCPR (Órgão Promotor da Licitação), com apoio técnico e operacional do Banco do Brasil, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

4.4. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.5. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio no sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital.

4.5.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.6. Não poderão participar deste pregão as interessadas que:

a) se encontrarem em processo de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

b) que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos da administração pública federal ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

c) as licitantes que se apresentarem constituídas na forma de empresas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d) dirigentes, gerentes, ou empregados que pertençam aos quadros do CRCPR;

e) empresas estrangeiras sem sede no país.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

5.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço licitacao@crcpr.org.br, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis.

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

5.3. Não serão conhecidas as impugnações interpostas, após vencidos os respectivos prazos legais.

5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública,



exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço licitacao@crcpr.org.br, sendo que as respostas serão disponibilizadas no site www.licitacoes-e.com.br, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura das propostas.

6. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

6.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

6.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRCPR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art.3º, § 5º, do Decreto n.º 5.450/05).

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta Comercial e à Habilitação e seus Anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou pelo Pregoeiro do CRCPR ou sua Equipe de Apoio, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

7.2. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado no Brasil.

7.3. O CNPJ indicado nos documentos da Proposta Comercial e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai prestar o serviço objeto da presente licitação.

7.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO:

8.1. Para o encaminhamento da Proposta de Preços objeto desta licitação não será exigido o preenchimento e envio de nenhum arquivo anexo. Este fato não exige a licitante do cumprimento de todas as condições previstas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Para formular e encaminhar a Proposta de Preços, no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (proposta de preço padrão do sistema), a licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste Edital, notadamente no **Anexo I**, o atendimento dos seguintes requisitos:

a) A **proposta comercial** a ser encaminhada acompanhando a documentação de habilitação, pela empresa vencedora será na forma do **Anexo II**, ou em modelo próprio da





proponente, contendo no mínimo, as mesmas informações do referido anexo, em idioma oficial do Brasil constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos e também por extenso, devidamente identificada em todas as folhas com número do CNPJ ou timbre impresso da empresa, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser rubricadas e a última assinada por quem de direito, seguindo as determinações contidas na Instrução Normativa MP nº 5, de 25 de maio de 2017 – DOU de 26/05/2017, podendo ser utilizado o modelo ou diagramação própria do proponente.

b) O julgamento da proposta será pelo **MENOR VALOR POR LOTE, respeitados os valores máximos fixados para cada item;**

c) A **proposta comercial** deverá ser encaminhada pelo endereço eletrônico: licitacao@crcpr.org.br, durante a sessão, **apenas pela licitante que ofertou o menor preço**, que será de acordo com o modelo do **Anexo II;**

d) Nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a prestação do serviço objeto da licitação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

e) Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo;

f) Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;

g) Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão de Pregão para ofertar lances por meio do sistema eletrônico, poderá fazê-lo na forma e na oportunidade previstas neste edital.

8.3. Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;

b) que contiverem preço ou prestação dos serviços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

c) que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;

d) que ofertem preços superiores ao estimado ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero ou que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que o custo dos insumos é coerente com os de mercado;

8.4. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.



8.5. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

8.6. A Proposta de Preço será considerada completa, de forma a abranger todos os custos necessários para prestação do objeto.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1. De todas as licitantes será exigido:

a) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

b) Declaração, assinada por quem de direito, de inexistência de fato superveniente à emissão das certidões apresentadas, impeditivo da habilitação no presente certame licitatório, bem como, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital;

c) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídica de direito público ou privado, que comprove já lhe ter prestado serviços semelhantes aos constantes do objeto desta licitação, no qual se relacionem os serviços prestados, informando, sempre que possível, valores e demais dados técnicos, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido pelas entidades, em papel timbrado, assinados e datados;

d) Comprovação de poderes de representação sob uma das formas discriminadas abaixo em que a licitante se enquadre:

I - quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.): documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social - devidamente registrados), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciando para o dito cargo (Ata de Assembleia – Geral e, quando for o caso, também, Ata do Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição(ões) a serem comprovada(s);

II - quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida de forma indireta, por procurador constituído: os mesmos documentos arrolados anteriormente, neste caso relativamente à pessoa que representar a licitante na procuração, acompanhados da procuração, na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

III - quando a licitante for constituída sob a forma de firma individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular da firma individual: declaração de firma individual devidamente registrada;

IV - quando a licitante for constituída sob a forma de firma individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: o mesmo documento referido anteriormente (inciso III), acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;





d.1) nas hipóteses em que o representante da licitante for procurador e sua constituição tiver sido formalizada por meio de instrumento particular de procuração, a firma do outorgante deverá estar reconhecida por tabelião;

d.2) no caso de cópias destes documentos, as mesmas deverão ser autenticadas por cartório, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro do CRCPR, à vista do original.

e) Declaração de enquadramento no art. 3º da LC n.º 123/2006, no caso de optante pelo **SIMPLES NACIONAL**, conforme modelo do **Anexo V** deste edital.

f) Certidão Simplificada de Constituição e Alterações, emitida pela Junta Comercial, com data de emissão **não superior a 60 dias**.

g) Certidão de Regularidade do FGTS.

h) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e Dívida Ativa da União.

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT fornecida pelo TST por meio do site <http://www.tst.jus.br/certidao>.

j) Certidão Negativa de Débitos junto a Receita Estadual.

k) Certidão Negativa de Débitos junto ao Fisco Municipal.

l) Certidão negativa de falências, concordatas e recuperações judiciais, emitida com data de emissão **não superior a 30 dias da publicação deste edital** pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede da licitante e em nome desta, em se tratando de licitante pessoa jurídica.

m) Apresentação do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, a ser retirado perante o portal da transparência do Governo Federal, onde não deverá haver nenhuma restrição ou penalidade imposta à licitante. <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>

Havendo alguma irregularidade fiscal, aplica-se o contido no art. 43, *caput*, e seu § 1º da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014 que concede um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

10.1. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

10.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente site www.licitacoes-e.com.br até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

10.3. No dia e hora previstos no item 3 do presente edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando o Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. Caso constata irregularidade, promoverá a exclusão da proposta. Uma vez executado este procedimento, o Pregoeiro fará a divulgação das



propostas classificadas, ordenadas automaticamente pelo sistema, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

10.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

11. DA ETAPA DE LANCES E DO JULGAMENTO:

11.1. ETAPA DE LANCES:

11.1.1. Aberta a etapa competitiva, a participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante, com o que estará identificada sua razão social e número de inscrição no CNPJ, e subsequente encaminhamento dos lances, observando o horário fixado na data estabelecida no item 3 deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.1.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.1.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

11.1.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

11.1.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.1.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

11.1.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

11.1.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.1.9. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

11.2. JULGAMENTO:

11.2.1. O julgamento das propostas obedecerá ao critério do **MENOR VALOR POR LOTE, respeitados os valores máximos fixados para cada item;**

11.2.2. Declarada encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance





mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

11.2.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.4. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.2.5. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. Eventuais proposições que não correspondam às especificações **contidas no Anexo I** deste Edital ou que estabeleçam vínculo com a proposta de outra licitante serão desconsideradas.

11.2.6. O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.2.7. A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

11.2.8. Caso não se realize nenhum lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

11.2.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.2.10. **Depois de anunciada a detentora do menor lance, a licitante vencedora deverá encaminhar a PROPOSTA COMERCIAL (anexo II) e DOCUMENTOS (item 9.1), no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas a partir do encerramento da sessão, via e-mail licitacao@crcpr.org.br (limite de 4 MB por arquivo), atendendo ao contido no item 7, devendo os originais ou cópias autenticadas (cartório ou CRCPR), serem apresentados no prazo de 05 (cinco) dias, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a segunda colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 20 deste edital.**

12. HABILITAÇÃO:

12.1. Efetuados os procedimentos previstos nos itens 9 e 10 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá, imediatamente após o recebimento da documentação, à verificação do atendimento das condições de habilitação da licitante.

12.2. Havendo irregularidade na documentação e não sendo apresentada, pela licitante documentação satisfatoriamente atualizada e regularizada, a licitante será inabilitada.

12.3. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.4. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que





atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

12.5. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao presidente do CRCPR, para homologação e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os procedimentos são os descritos no item 13.

12.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30 do Decreto n.º 5.450/2005, e na legislação pertinente.

12.7. Não será aceito nenhum protocolo de entrega em substituição aos documentos relacionados no Edital.

12.8. A Administração reserva-se o direito de, julgando necessário, proceder a diligências junto aos órgãos emitentes das certidões, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados.

12.9. Para fins de habilitação, a verificação pelo CRCPR nos sítios oficiais de órgãos entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12.10. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13. DA HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Julgados os recursos porventura existentes, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do CRCPR homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção em recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

14.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

14.5. Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, caberá:





I - **recurso**, dirigido ao Presidente do CRCPR, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no item 22.13 deste Edital, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

II - **representação**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

14.6. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

14.7. A intimação dos atos referidos nas alíneas *a* e *b* do subitem 14.5 serão feitas mediante publicação no Diário Oficial da União.

14.8. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

14.9. Julgados os recursos, o Presidente do CRCPR fará a adjudicação do objeto licitado à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

14.10. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.

15. DA CONTRATAÇÃO:

15.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento específico escrito de contrato, do qual farão parte o Edital, incluídos os Anexos, e a respectiva proposta, celebrado entre o CRCPR, a ser denominado Contratante, e a licitante vencedora, a ser denominada Contratada, que observará os termos da Lei nº 8.666, de 1993, e Lei n.º 10.520, de 2002, e suas alterações, do Edital e demais normas pertinentes.

15.2. Se a licitante vencedora não apresentar a documentação exigida para celebração do contrato, bem como a garantia prevista no item 15 do anexo I deste edital, ou recusar-se sem justificativa, em firmar o instrumento de contrato, no prazo de 03 (três) dias, contados da devida convocação, é facultado ao CRCPR convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.3. O contrato firmado será publicado resumidamente, ou de seus eventuais aditamentos, no Diário Oficial da União, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa à Imprensa Nacional do texto do extrato a ser publicado, para que a mesma ocorra efetivamente no prazo de até vinte dias, contados da data da assinatura do contrato.

15.4. A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.





16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral do CRCPR para o exercício de 2017, Projeto 5002 (Tecnologia da Informação), conta nº 6.3.1.3.02.01.005 (Serviços de Informática), e Projeto 5010 (Modernização do Parque de Informática – Hardware e Software), contas nº 6.3.1.3.01.01.009 (Aquisição de Softwares de Base).

17. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

17.1. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, com atribuições específicas, a ser designado pela Presidente do CRCPR em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 no artigo 6º, do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997.

17.2. A fiscalização será exercida no interesse do CRCPR e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

17.3. Quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

17.4. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contração objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

17.5. A Fiscalização do Contrato verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus Anexos.

17.6. Estando a prestação dos serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela Fiscalização do Contrato e enviados à Divisão Contábil Financeira do CRCPR, para o pagamento devido.

17.7. Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

18. DO PAGAMENTO:

18.1. Os serviços prestados, após atestados pela fiscalização do contrato, serão pagos pelo CRCPR até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança correspondentes.

18.2. O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.

18.3. O pagamento, mediante emissão de qualquer ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.





18.4. A critério da Contratante poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada, para com a Contratante, relativas a multas que lhes tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela Contratada.

18.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da Contratante, o valor devido gera à Contratada o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata tempore die*, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o art. 406 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil.

18.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

18.7. Será retido na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF nº 1234/2012.

19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

19.1. As obrigações das partes, dentre outras relacionadas neste Edital, são aquelas estabelecidas no **Anexo I** – Especificação dos Produtos e **Anexo IV** – Minuta de Instrumento de Contrato, deste Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS POR INADIMPLEMENTO:

20.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na prestação do serviço, objeto da presente licitação, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral





da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

III – Impedimento de licitar e contratar com a União e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

20.2. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

20.3. As sanções serão registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

20.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

20.5. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 19.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do subitem 19.1.

21. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

21.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

21.2. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, asseguradas, à Contratada, na segunda hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.3. Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:

a) por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicial, nos termos da legislação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:





22.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

22.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

22.5. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no CRCPR, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.7. O Presidente do CRCPR poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

22.8. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.9. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

22.10. Para dirimir, na esfera judicial as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Justiça Federal do Paraná.

22.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

22.12. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

22.13. O edital estará disponível para consulta na sede do CRCPR, no endereço: Rua XV de Novembro, 2.987, Alto da Rua XV, na cidade de Curitiba, CEP 80.045-340, bem como em meio eletrônico, site do CRCPR (www.crcpr.org.br) e no site do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br). Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone: (41) 3360-4789 (Helena Yuriko Torquato).

22.14. Os casos omissos e imprevididos serão resolvidos pelo Presidente do CRCPR.

22.15. Fazem parte integrante deste Edital:



- Anexo I** Especificação dos Produtos;
- Anexo II** Proposta Comercial;
- Anexo III** Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e Declaração Referente ao Não Emprego de Mão de Obra de Menor;
- Anexo IV** Minuta do contrato administrativo;
- Anexo V** Declaração de Empresa optante pelo Simples Nacional;

Curitiba, ____ de novembro de 2017.

MAURÍCIO OSTROWSKI JUNIOR
Pregoeiro





ANEXO I

LICITAÇÃO Nº 86 / 2017 - PREGÃO ELETRÔNICO

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

1. OBJETO:

1.1. LOTE Nº 01

Contratação de empresa especializada para manutenção e suporte pelo período de 12 (doze) meses dos seguintes servidores com sistema operacional Linux: 2 Servidores de Web, 1 Servidor de Mailing, 1 Servidor de E-mail, 1 Servidor de Anti-Spam, implementação de contingência dos servidores linux citados, manutenção de um appliance FortiNet Fortigate 100D, auditoria, consultoria e pentestes mensais e bimestrais nos servidores mencionados.

1.2. LOTE Nº 02

Subscrição de licença de uso de software de segurança para o equipamento de Firewall Fortinet Fortigate 100d, para o período mínimo de 36 (trinta e seis) meses.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 LOTE Nº 01

Tendo em vista que a internet hoje em dia é imprescindível no âmbito da administração pública, que cada vez mais disponibiliza ferramentas virtuais aos seus administrados, faz-se necessário a contratação de empresa especializada para manutenção nos servidores com sistema operacional Linux, tendo em vista que o CRCPR não possui em seu quadro funcional nenhum colaborador com especialização em tal sistema operacional. Cabe ressaltar que, atualmente, o CRCPR possui 05 (cinco) servidores com Linux e, visando a segurança e continuidade do sistema, será realizada a implementação de servidores de contingência, para ampliar a segurança e a alta disponibilidade dos serviços prestados.

2.2 LOTE Nº 02

O CRCPR conta com uma Central Unificada de Gerenciamento de Ameaças (Unified Threat Management - UTM), uma solução da empresa Fortinet, implementada em dezembro de 2014. Esta solução consolida várias funções de segurança em um único dispositivo, tendo como principais: next-generation firewall; prevenção de intrusões de rede; filtro antivírus; filtro antispam; acessos VPN; filtragem de conteúdo Web.

A Central Unificada de Gerenciamento de Ameaças utiliza o serviço FortiGuard, licenciado para o CRCPR até dezembro de 2017, como um catálogo online de informações globais sobre as diversas ameaças e ataques à Segurança da Informação e Comunicações. Por exemplo, o FortiGuard Antispam Service analisa características (endereço IP de origem, links na mensagem, parte do conteúdo ou anexo) do e-mail recebido e compara com a base de dados de SPAM do FortiGuard. Esse serviço reduz drasticamente o número de spams recebidos pelo CRCPR.





Já a função de filtragem de conteúdo Web é a responsável por avaliar, classificar e bloquear automaticamente os sites que podem conter ameaças aos usuários do CRCPR. A filtragem de conteúdo Web é realizada comparando o site visitado com a relação dos sites já avaliados pelo serviço FortiGuard, o que proporciona maior segurança de navegação na Internet a todos os usuários da rede CRCPR.

3. LOTE 01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E SUPORTE EM SERVIDORES LINUX

3.1. SERVIDOR WEB 1

3.1.1 Manutenção e configuração dos serviços e sistemas instalados no servidor srv-web.crcpr.org.br, inclusive pacotes de software e licenças, a seguir:

- 3.1.1.1 Atualizações de segurança.
- 3.1.1.2 Projeto e implementação de SSL (HTTPS).
- 3.1.1.3 Servidor WEB Apache.
- 3.1.1.4 Sistema gerenciador de banco de dados MySQL.
- 3.1.1.5 Módulo PHP integrado ao WEB Server Apache com suporte a GD, FTP, CURL, JSOM, LDAP, MSSQL, ODBC, OpenSSL, PDF, PGSQL, SNMP, SOAP, XML, XSL e módulos atuais.
- 3.1.1.6 Biblioteca TDS e módulo de acesso ao SGBD Microsoft SQL Server.
- 3.1.1.7 Configuração dos serviços de comunicação via HTTP e protocolo seguro HTTPS.
- 3.1.1.8 Sistema de transferência de arquivos FTP e SFTP.
- 3.1.1.9 Serviço DNS.
- 3.1.1.10 Serviço SAMBA.
- 3.1.1.11 Serviço NTP – sincronização de tempo.
- 3.1.1.12 Serviço CRON – agendamento de tarefas.
- 3.1.1.13 Antivírus.
- 3.1.1.14 Integração aos serviços de Proxy, antivírus e anti-spam.
- 3.1.1.15 Serviços TELNET e SSH – acesso remoto.
- 3.1.1.16 Integração com a solução do serviço de backup utilizado pelo CRCPR.
- 3.1.1.17 Documentação de toda a configuração.

3.1.2 Instalação de solução para detecção e reabilitação de parada, suspensão ou interrupção no serviço HTTPD quando houver quedas no link internet.

3.1.3 Monitorar recursos de hardware e/ou software no regime 24x7 agindo de forma pró-ativa na correção de possíveis problemas;

3.1.4 Atualização do Sistema Operacional do atual CentOS 5.9 para a última release do CentOS 7.

3.1.5 O atendimento poderá ser remoto em até 20 (vinte) minutos após a formalização do incidente, caso não haja solução via acesso remoto em até 30 (trinta) minutos, o atendimento dar-se-á in loco, com prazo de mais 30 (trinta) minutos para deslocamento até as dependências do CRC.

3.2. SERVIDOR WEB 1 - CONTINGÊNCIA

3.2.1 Instalar um servidor com as mesmas características do servidor WEB 1 com sincronismo diário de forma a trabalhar como contingência, para que, caso o servidor principal falhe, este possa assumir o papel de servidor principal.

3.3. SERVIDOR WEB 2

3.3.1 Manutenção e configuração dos serviços e sistemas instalados no servidor srv-web2.crcpr.org.br, inclusive pacotes de software e licenças, a seguir:





- 3.3.1.1 Atualizações de segurança.
 - 3.3.1.2 Projeto e implementação de SSL (HTTPS).
 - 3.3.1.3 Servidor WEB Apache.
 - 3.3.1.4 Sistema gerenciador de banco de dados MySQL.
 - 3.3.1.5 Módulo PHP integrado ao WEB Server Apache com suporte a GD, FTP, CURL, JSOM, LDAP, MSSQL, ODBC, OpenSSL, PDF, PGSQL, SNMP, SOAP, XML, XSL e módulos atuais.
 - 3.3.1.6 Biblioteca TDS e módulo de acesso ao SGBD Microsoft SQL Server.
 - 3.3.1.7 Configuração dos serviços de comunicação via HTTP e protocolo seguro HTTPS.
 - 3.3.1.8 Sistema de transferência de arquivos FTP e SFTP.
 - 3.3.1.9 Serviço DNS.
 - 3.3.1.10 Serviço SAMBA.
 - 3.3.1.11 Serviço NTP – sincronização de tempo.
 - 3.3.1.12 Serviço CRON – agendamento de tarefas.
 - 3.3.1.13 Antivírus.
 - 3.3.1.14 Integração aos serviços de Proxy, antivírus e anti-spam.
 - 3.3.1.15 Serviços TELNET e SSH – acesso remoto.
 - 3.3.1.16 Framework Laravel e suas dependências.
 - 3.3.1.17 Integração com a solução do serviço de backup utilizado pelo CRCPR.
 - 3.3.1.18 Documentação de toda a configuração.
- 3.3.2 Instalação de solução para detecção e reabilitação de parada, suspensão ou interrupção no serviço HTTPD quando houver quedas no link internet.
- 3.3.3 Monitorar recursos de hardware e/ou software no regime 24x7 agindo de forma pró-ativa na correção de possíveis problemas;
- 3.3.4 Atualização do Sistema Operacional do atual CentOS 6.6 para a última release do CentOS 7.
- 3.3.5 O atendimento poderá ser remoto em até 20 (vinte) minutos após a formalização do incidente, caso não haja solução via acesso remoto em até 30 (trinta) minutos, o atendimento dar-se-á in loco, com prazo de mais 30 (trinta) minutos para deslocamento até as dependências do CRC.

3.4. SERVIDOR WEB 2 – CONTINGÊNCIA

- 3.4.1 Instalar um servidor com as mesmas características do servidor WEB 2 com sincronismo diário de forma a trabalhar como contingência, para que, caso o servidor principal falhe, este possa assumir o papel de servidor principal.

3.5. SERVIDOR NEWS

- 3.5.1 Manutenção e configuração dos serviços e sistemas instalados no servidor srv-news.crcpr.org.br, inclusive pacotes de software e licenças, a seguir:
- 3.5.1.1 Servidores SMTP, POP3 e IMAP (Qmail).
 - 3.5.1.2 Serviço NTP – sincronização de tempo.
 - 3.5.1.3 Serviço CRON – agendamento de tarefas.
 - 3.5.1.4 Serviços TELNET e SSH – acesso remoto.
 - 3.5.1.5 Integração dos serviços de antivírus e anti-spam.
 - 3.5.1.6 Integração com a solução do serviço de backup utilizado pelo CRCPR.
 - 3.5.1.7 Documentação de toda a configuração.
 - 3.5.1.8 Serviço de lista de distribuição EZMLM
 - 3.5.1.9
- 3.5.2 Retirada do servidor de black / block lists e/ou implementação de outras soluções para continuidade do serviço.
- 3.5.3 Atualização do Sistema Operacional do atual CentOS 5.9 para a última release do CentOS 7.





- 3.5.4 Monitorar recursos de hardware e/ou software no regime 24x7 agindo de forma pró-ativa na correção de possíveis problemas;
- 3.5.5 O atendimento poderá ser remoto em até 20 (vinte) minutos após a formalização do incidente, caso não haja solução via acesso remoto em até 30 (trinta) minutos, o atendimento dar-se-á *in loco*, com prazo de mais 30 (trinta) minutos para deslocamento até as dependências do CRC.

3.6. SERVIDOR NEWS - CONTINGÊNCIA

- 3.6.1 Instalar um servidor com as mesmas características do servidor NEWS com sincronismo diário de forma a trabalhar como contingência, para que, caso o servidor principal falhe, este possa assumir o papel de servidor principal.

3.7. SERVIDOR DE E-MAIL

- 3.7.1 Manutenção e configuração dos serviços e sistemas instalados no servidor srv-mail.crcpr.org.br, inclusive pacotes de software e licenças, a seguir:
 - 3.7.1.1 Servidores SMTP, POP3 e IMAP (Qmail).
 - 3.7.1.2 Serviço NTP – sincronização de tempo.
 - 3.7.1.3 Serviço CRON – agendamento de tarefas.
 - 3.7.1.4 Serviços TELNET e SSH – acesso remoto.
 - 3.7.1.5 Integração dos serviços de antivírus e anti-spam.
 - 3.7.1.6 Integração com a solução do serviço de backup utilizado pelo CRCPR.
 - 3.7.1.7 Instalação / configuração a suporte a autenticação no Active Directory.
 - 3.7.1.8 Interface roundcube para webmail – HTTP e HTTPS.
 - 3.7.1.9 Documentação de toda a configuração.
 - 3.7.1.10 Serviço de lista de distribuição EZMLM.
- 3.7.2 Retirada do servidor de black / block lists e/ou implementação de outras soluções para continuidade do serviço.
- 3.7.3 Monitorar recursos de hardware e/ou software no regime 24x7 agindo de forma pró-ativa na correção de possíveis problemas;
- 3.7.4 Atualização do Sistema Operacional do atual CentOS 6.4 para a última release do CentOS 7.
- 3.7.5 Alteração da plataforma de e-mail do atual Qmail para Zimbra Open Source Edition, integrando algumas contas com Office 365.
- 3.7.6 O atendimento poderá ser remoto em até 20 (vinte) minutos após a formalização do incidente, caso não haja solução via acesso remoto em até 30 (trinta) minutos, o atendimento dar-se-á *in loco*, com prazo de mais 30 (trinta) minutos para deslocamento até as dependências do CRC.

3.8. SERVIDOR E-MAIL - CONTINGÊNCIA

- 3.8.1 Instalar um servidor com as mesmas características do servidor E-MAIL com sincronismo diário de forma a trabalhar como contingência, para que, caso o servidor principal falhe, este possa assumir o papel de servidor principal.

3.9. SERVIDOR DE ANTI-SPAM

- 3.9.1 Manutenção e configuração dos serviços e sistemas instalados no servidor antispam.crcpr.org.br, inclusive pacotes de software e licenças, com as seguintes características, as quais devem ser preservadas ou implementadas:
 - 3.9.1.1 Prover proteção ao servidor de correio eletrônico corporativo e a 500 (quinhentas) contas de correio eletrônico (e-mails), incluindo todos os softwares, licenças e atualizações, relativos a solução;





- 3.9.1.2 Possuir gerenciamento centralizado em uma única console de administração do módulo de antispam, incluindo todos os softwares, módulos, componentes e correspondentes licenças necessárias para o funcionamento da solução;
- 3.9.1.3 Detectar e bloquear as mensagens eletrônicas (e-mails) caracterizadas como Spam;
- 3.9.1.4 Detectar e bloquear as mensagens eletrônicas (e-mails) caracterizadas como Spam e que contenham códigos maliciosos (Vírus de boot, bombas lógicas, worms, trojans, hijackers, keyloggers, zumbis, Vírus de macro, spywares, cookies, phishing, entre outros) e links suspeitos ou duvidosos;
- 3.9.1.5 Realizar filtragem de e-mails in bound e out bound;
- 3.9.1.6 Permitir personalização de listas negativas (black lists) e listas positivas (white lists) de Spams;
- 3.9.1.7 Realizar filtros baseados em pontuação (reputação) de endereços de IP's, DNS, conexões TCP, seleção por lista de países, seleção por lista de ISP (Internet Service Provider); domínio do remetente, conteúdo da mensagem, comportamento da mensagem, tamanho da mensagem, tipo de mensagem, etc;
- 3.9.1.8 A solução deve permitir ao administrador aplicar tratamentos diferenciados de acordo com a pontuação obtida;
- 3.9.1.9 O sistema de pontuação (ou reputação) deve utilizar uma conexão com uma base web mundial, fornecida pelo fabricante. Esta característica objetiva aumentar a acuracidade da pontuação fornecida;
- 3.9.1.10 Permitir a configuração do nível de sensibilidade da base de reputação (permitir realizar o ajuste da sensibilidade através da ferramenta de gerenciamento centralizado);
- 3.9.1.11 Capacidade para armazenar em quarentena os e-mails selecionados como Spams;
- 3.9.1.12 O produto deve manter compatibilidade com o kernel de Linux e produtos da família Windows a serem lançados, posteriormente à assinatura do contrato;
- 3.9.1.13 Permitir o gerenciamento da quarentena, pelo usuário, referente a sua conta de e-mail (quarentena por usuário), permitindo que o mesmo configure a sua própria lista positiva ou negativa e também a possibilidade de desbloqueio de e-mails legítimo, diminuindo assim a responsabilidade do administrador. A Quarentena deve ser implementada via interface Web utilizando protocolo seguro HTTPS;
- 3.9.1.14 O módulo de quarentena deverá ser capaz de enviar uma notificação periódica para os usuários, informando as mensagens consideradas como Spam que foram inseridas na quarentena;
- 3.9.1.15 Remoção automática das mensagens armazenadas em quarentena de acordo com as configurações definidas pelo administrador;
- 3.9.1.16 Permitir a integração e ser compatível com a solução de Antivírus;
- 3.9.1.17 O sistema deve atender a pelo menos 100 domínios com o mesmo servidor de emails ou servidores distintos para cada domínio.
- 3.9.1.18 Realizar atualização diária dos filtros/assinaturas, sem interrupção dos serviços;
- 3.9.1.19 Utilização de pelo menos as seguintes tecnologias de detecção de Spam:
 - 3.9.1.19.1 Assinaturas para corpo da mensagem e anexos;
 - 3.9.1.19.2 Análise heurística, através de análise de cabeçalhos, conteúdo e estrutura da mensagem;
 - 3.9.1.19.3 Filtros de pontuação (ou reputação);
 - 3.9.1.19.4 Identificação de idiomas;
 - 3.9.1.19.5 Filtros de URLs;
 - 3.9.1.19.6 Filtros anti-phishing.





- 3.9.1.20 Suporte a pelo menos 2 idiomas (Português e inglês), permitindo o bloqueio de mensagens escritas nos idiomas não desejados;
- 3.9.1.21 Possuir filtro de conteúdo com as seguintes características:
- 3.9.1.22 Os filtros devem escanear todas as partes das mensagens, inclusive:
 - 3.9.1.22.1 Remetente (comando SMTP MAIL FROM);
 - 3.9.1.22.2 Destinatário (comando SMTP RCPT TO);
 - 3.9.1.22.3 Cabeçalho;
 - 3.9.1.22.4 Corpo da mensagem;
 - 3.9.1.22.5 Arquivos anexados;
 - 3.9.1.22.6 Links incorporados ao corpo da mensagem.
- 3.9.1.23 O sistema de filtros deve no mínimo possuir os seguintes suportes de anexos:
 - 3.9.1.23.1 Escaneamento por formato MIME da mensagem;
 - 3.9.1.23.2 Escaneamento por extensão de arquivos criptografados;
 - 3.9.1.23.3 Escaneamento por anexos compactados, pelo menos nos formatos ZIP, TAR, RAR, CAB, ARJ, em até no mínimo 4 (quinze) níveis de compactação;
 - 3.9.1.23.4 Capacidade de deletar automaticamente anexos;
 - 3.9.1.23.5 Capacidade para tomar decisões baseadas no tamanho da mensagem (corpo e anexos).
- 3.9.1.24 As políticas baseadas no escaneamento devem incluir pelo menos:
 - 3.9.1.24.1 Entrega da mensagem;
 - 3.9.1.24.2 Descarte da mensagem;
 - 3.9.1.24.3 Envio de mensagem para quarentena.
- 3.9.1.25 Os filtros de conteúdo devem possuir capacidade de ser configurados para mensagens de e-mail na entrada e na saída das mensagens do servidor de correio eletrônico.
- 3.9.1.26 A solução deve ser compatível com as plataformas Windows Server 2003 (e versões superiores) e Linux, nas distribuições Debian, Ubuntu, Red Hat Enterprise, SUSE, CentOS. As distribuições Linux listadas são opcionais;
- 3.9.1.27 A solução deve ser compatível e suportar o ambiente de servidor de correio eletrônico baseado no Microsoft Exchange, Qmail ou Zimbra e estações de trabalho utilizando qualquer navegador web;
- 3.9.1.28 A ferramenta de gerenciamento centralizado, de todos os softwares, módulos, componentes integrantes da solução, em uma única console de administração deve apresentar as seguintes características:
 - 3.9.1.28.1 Interface WEB sobre HTTPS, com as funcionalidades descritas nos itens abaixo, para o ambiente servidor e de estações de trabalho;
 - 3.9.1.28.2 A solução de gerenciamento deve funcionar em plataformas Windows Server 2003 (e superior) e Linux nas distribuições Red Hat Enterprise, Fedora, SUSE, Kurumim, CentOS. As distribuições Linux listadas são opcionais;
 - 3.9.1.28.3 Permitir a criação de no mínimo 2 perfis de usuários com diferentes níveis de acesso a console de gerenciamento;
 - 3.9.1.28.4 Armazenar os logs provenientes da solução, referentes aos Spams nas contas de emails e servidores;
- 3.9.1.29 Gerar, no mínimo, os relatórios abaixo descritos, tanto de maneira gráfica quanto em arquivos CSV ou HTML ou XML, permitindo escolher o período de consulta desejado:
 - 3.9.1.29.1 Listagem dos Spams detectados ou bloqueados, bem como os armazenados na quarentena (qualquer tipo de quarentena);
 - 3.9.1.29.2 Listagem das quarentenas dos usuários;
 - 3.9.1.29.3 Relatório dos totais de Spams detectados, indicando aqueles de maior incidência;





- 3.9.1.29.4 Listagem dos e-mails bloqueados devido a detecção de Vírus na mensagem ou no arquivo anexo;
- 3.9.1.29.5 Listagem dos e-mails bloqueados devido a detecção de arquivos anexo maliciosos ou suspeitos;
- 3.9.1.29.6 Número total de arquivos maliciosos removidos por tipo de arquivo;
- 3.9.1.29.7 Relatório de contas de e-mails com maior incidência de Spams;
- 3.9.1.29.8 Relatório de atualização de componentes do software, filtros/assinaturas.
- 3.9.1.30 Emitir relatórios detalhados, em formato CSV ou HTML ou XML, sobre o status de toda a solução;
- 3.9.1.31 Emitir relatórios de gerência personalizáveis;
- 3.9.1.32 Possibilidade de bloqueio do acesso às configurações das estações de trabalho e servidores a partir da console de gerência;
- 3.9.1.33 Atualizar e implementar políticas de segurança para toda a solução em caso de necessidade de alteração na política de filtros;
- 3.9.1.34 Permitir criar planos de atualizações de filtros;
- 3.9.1.35 Ter um serviço de verificação remoto, manual e agendado, que detecte e remova danos causados, sem a necessidade de intervenção local;
- 3.9.1.36 Fornecer, em tempo real, o estado atualizado do servidor de correio eletrônico, com no mínimo as informações de Spams detectados e colocados em quarentena, motivo do bloqueio e a conta de e-mail de destino.
- 3.9.1.37 Manutenção e configuração do serviço de sincronização de tempo - NTP;
- 3.9.1.38 Monitorar recursos de hardware e/ou software no regime 24x7 agindo de forma pró-ativa na correção de possíveis problemas;
- 3.9.1.39 Manutenção e configuração do serviço de agendamento de tarefas;
- 3.9.1.40 Manutenção do serviço de acesso remoto, através dos protocolos telnet e ssh;
- 3.9.1.41 Fornecer solução para realização/integração do serviço de backup utilizado no CRCPR;
- 3.9.1.42 Documentar toda a configuração;
- 3.9.1.43 Atualização do Sistema Operacional do atual CentOS 5.9 para a última release do CentOS 7.
- 3.9.1.44 Atualizar a versão do atual maia para a versão 1.0.4
- 3.9.1.45 O atendimento poderá ser remoto em até 20 (vinte) minutos após a formalização do incidente, caso não haja solução via acesso remoto em até 30 (trinta) minutos, o atendimento dar-se-á in loco, com prazo de mais 30 (trinta) minutos para deslocamento até as dependências do CRC.

3.10 SERVIDOR ANTISPAM - CONTINGÊNCIA

- 3.10.1 Instalar um servidor com as mesmas características do servidor ANTISPAM com sincronismo diário de forma a trabalhar como contingência, para que, caso o servidor principal falhe, este possa assumir o papel de servidor principal.

3.11 APPLIANCE FORTINET FORTIGATE 100D

- 3.11.1 Manutenção e configuração dos serviços e sistemas instalados no appliance fortigate.crcpr.org.br, inclusive atualizações e configurações que se façam necessárias de software, com as seguintes características, as quais devem ser preservadas ou implementadas:





- 3.11.1.1 Prover proteção aos servidores da DMZ, tendo como política padrão o total bloqueio com exceção das regras explicitamente liberadas;
 - 3.11.1.2 Detectar e bloquear as tentativas de ataque de forma automática;
 - 3.11.1.3 Detectar e bloquear as pacotes de rede que contenham códigos maliciosos (Vírus de boot, bombas lógicas, worms, trojans, hijackers, keyloggers, zumbis, Vírus de macro, spywares, cookies, phishing, entre outros) e links suspeitos ou duvidosos de forma automática;
 - 3.11.1.4 Realizar controle de banda por endereço IP de origem e/ou destino, por porta de serviço e por protocolo;
 - 3.11.1.5 Realizar balanceamento de saída para a Internet entre 2 ou mais links alternativos;
 - 3.11.1.6 Gerar relatórios de tentativas de acesso não autorizado emitindo alertas por e-mail;
 - 3.11.1.7 Ter a possibilidade de encaminhar pacotes da Internet para rede interna e/ou DMZ, alterando-se portas de serviço de origem e/ou destino;
 - 3.11.1.8 Filtrar e bloquear acesso a Internet pelos usuários da rede corporativa de forma autenticada e por endereço IP;
 - 3.11.1.9 Autenticar o proxy em um domínio Windows (AD) no modelo SSO (sem solicitar credencial ao usuário);
 - 3.11.1.10 Gerar relatórios de acesso à Internet por nome e endereço IP de quem fez os acessos, assim como os acessos que foram bloqueados. Os dados do relatório devem conter a URL acessada, IP, usuário autenticado, data e horário do acesso, assim como a quantidade de dados transmitidas;
 - 3.11.1.11 Possibilitar navegação com bypass para determinados tipos de URLs;
 - 3.11.1.12 Possuir gerenciamento de VPN nos protocolos SSL-VPN e IPSec
- 3.11.2 Detectar e bloquear tentativas de ataque de brute-force;
- 3.11.3 Realizar a filtragem de conteúdo por blacklist e whitelist;
- 3.11.4 Serviços HTTPS e SSH - Acesso remoto.
- 3.11.5 Realizar filtragem do conteúdo classificando a URL por pontuação de acordo com as palavras presentes no site, para realizar a liberação ou bloqueio;
- 3.11.6 Monitorar recursos de hardware e/ou software no regime 24x7 agindo de forma pró-ativa na correção de possíveis problemas;
- 3.11.7 A ferramenta de gerenciamento centralizado, de todos os softwares, módulos, componentes integrantes da solução, em uma única console de administração deve apresentar as seguintes características:
- 3.11.7.1 Interface HTTPS, com as funcionalidades descritas nos itens abaixo, para o ambiente servidor e de estações de trabalho;
 - 3.11.7.2 A solução de gerenciamento deve funcionar em plataformas Windows Server 2003 (e superior) e Linux nas distribuições Red Hat Enterprise, Fedora, SUSE, Kurumim, CentOS (e versões superiores). As distribuições Linux listadas são opcionais;
 - 3.11.7.3 Manutenção e configuração do serviço de agendamento de tarefas;
 - 3.11.7.4 Manutenção do serviço de acesso remoto, através dos protocolos https e ssh;
- 3.11.8 Fornecer solução para realização/integração do serviço de backup utilizado no CRCPR;
- 3.11.9 Documentar toda a configuração;
- 3.11.10 O atendimento poderá ser remoto em até 20 (vinte) minutos após a formalização do incidente, caso não haja solução via acesso remoto em até 30 (trinta) minutos, o atendimento dar-se-á in loco, com prazo de mais 30 (trinta) minutos para deslocamento até as dependências do CRC.

3.12 AUDITORIA E PENTESTs

- 3.12.1 Realizar mensalmente um teste de vulnerabilidade em cada servidor contemplado nesta lista (servidores web 1 e 2, servidor news, servidor antispam e servidor de e-



mail) emitindo um laudo indicando pontos vulneráveis e a cada 60 dias realizar um teste de penetração indicando falhas de segurança que possam ser exploradas por atacantes

3.12.2 Esta auditoria e pentests deverão ser realizadas por um profissional certificado (deve-se apresentar a cópia do certificado).

3.13 CONSULTORIA E SUPORTE

3.13.1 A contratada, deverá assegurar o suporte e consultoria, por 1(um) ano, sendo possível, a extensão por maior período, caso haja interesse do CRCPR.

3.13.2 Reinstalação/atualização dos servidores acima, caso seja necessário, sem custo adicional ao contrato.

3.13.3 A contratada deverá prestar o serviço de manutenção e atualizações de segurança aos servidores acima mencionados, sob as condições dos itens 3.14 e 3.15 deste termo.

3.14 SUPORTE ON-SITE

3.14.1 A prestação do suporte on-site deverá ser executada por profissionais da empresa vencedora devidamente, conforme tabelas 1 e 2 deste termo;

3.14.2 O serviço deverá ser prestado nas instalações do CRCPR mediante solicitação;

3.14.3 Ao final de cada atendimento, será emitido um relatório de atendimento técnico.

3.15 SUPORTE REMOTO

3.15.1 A empresa contratada deverá disponibilizar suporte com equipe altamente qualificada, sendo responsabilizada pelas ações efetuadas por seu corpo de funcionários. O suporte remoto será feito perante liberação de acesso pelo CRCPR;

3.15.2 Os serviços poderão ser efetivados através de suporte telefônico (local ou 0800) ou através de e-mail;

3.15.3 Os serviços poderão ser solicitados por contato telefônico ou e-mail ou pessoalmente;

3.15.4 Regime de atendimento será de 24x7x365 (24 horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano);

Tabela 1

NÍVEIS DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS	
Nível	Descrição (situação atual)
1	Serviços totalmente indisponíveis
2	Serviços parcialmente indisponíveis ou com degradação de tempo de resposta no acesso aos aplicativos.
3	Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes de avisos, consulta sobre problemas, dúvidas gerais sobre as soluções de Antivírus e Anti-spam.

Tabela 2

Tabela de Prazos de Atendimento a Solução				
Modalidade	Prazos	Níveis de Severidade		
		1	2	3





On Site e Telefone	Início atendimento	20 minutos	<u>30</u> minutos	60 minutos
	Término atendimento	40 minutos	50 minutos	90 minutos
E-mail	Início atendimento	-	-	2 horas
	Término atendimento	-	-	4 horas
Obs. com presença pessoal do técnico obrigatória, caso a contratante entenda como necessária.				

4. LOTE 02 – LICENÇA FORTIGATE 100D**Quantidade: 1 (uma)**

- 4.1. Subscrição de licença de uso do software de segurança **UTM Bundle FortiCare Plus – 8x5 3 anos** (Part number FC-10-00116-900-02-36), para o equipamento Fortinet FortiGate 100D (serial FG100D3G14813869);
- 4.2. Possuindo as seguintes funcionalidades:
- 4.2.1 Substituição Avançada de Hardware, Firmware e Atualizações Gerais, Suporte Integrado 8X5, Pacote de Serviços UTM (NGFW, AV, Filtragem da Web e Serviços Antispam).

5. CONDIÇÕES GERAIS

- 5.1. Prazo de entrega de no máximo 30 (trinta) dias para o lote 02;
- 5.2. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias;

6. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO / RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1 As licenças e os serviços prestados deverão ser prestados na Sede do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRCPR, à Rua XV de Novembro, nº 2.987, Alto da Rua XV, Curitiba-PR.
- 6.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão realizados pelo funcionário Maurício Ostrowski Junior, Gerente de Informática, junior@crcpr.org.br, telefone (41) 3360-4711.

7. DO PREÇO MÉDIO

- 7.1 Ressalva-se que o preço médio pesquisado determina o preço máximo para a contratação e aquisição dos objetos;
- 7.2 O preço médio obedece a tabela abaixo:

PREÇO MÉDIO PESQUISADO NO MERCADO

	Preço Médio Mensal	Preço Médio Global
--	---------------------------	---------------------------





LOTE 01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E SUPORTE EM SERVIDORES LINUX	R\$ 1.813,33	R\$ 21.760,00
LOTE 02 - LICENÇA FORTIGATE 100D		R\$ 21.419,83

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal, apresentada conforme as exigências legais e depois de devidamente atestados os objetos pelo servidor responsável pelo recebimento dos mesmos.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral do CRCPR para o exercício de 2017, conforme quadro abaixo:

	Projeto	Conta	Valor
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E SUPORTE EM SERVIDORES LINUX	5002	6.3.1.3.02.01.005	R\$ 21.760,00
LICENÇA FORTIGATE 100D	5010	6.3.1.3.01.01.009	R\$ 21.419,83





ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO CRCPR Nº 86 /2017

I – Identificação da empresa emitente				
Nome da empresa				
Número do CNPJ		Data:		
Lote nº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Item n.º				
Item n.º				
TOTAL DO LOTE				

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias

Prazo de Entrega:

Declaramos que no preço acima estão inclusos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante Legal

* Listar, anexar e enviar os documentos de habilitação **na ordem dos "Itens 8 e 9" do Edital.**





ANEXO III

DECLARAÇÕES DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE NÃO EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR

DECLARA-SE, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico n.º 086 /2017, que a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ com sede no endereço _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, infra-assinado, de RG n.º _____ e do CPF n.º _____, que:

a) até a presente data inexistem fatos supervenientes e impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores que impeçam tal habilitação.

b) não tem seus quadros de trabalho menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

OBS: A contratação de menor aprendiz – a partir de 14 (quatorze) anos - deverá ser declarada neste documento, inclusive com a identificação do contratado(a).

_____, ____ de _____ de 2017.

REPRESENTANTE LEGAL





ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO PARA _____ QUE ENTRE SI FIRMAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ, E A EMPRESA _____

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRCPR**, autarquia federal da administração indireta, criada pelo Decreto-lei 9.295/46, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 76.592.559/0001-10, com endereço na Rua XV de novembro, 2.987, em Curitiba-PR, representada neste ato pelo seu presidente contador **Marcos Sebastião Rigoni de Mello**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida na cidade de _____, na _____, neste ato representada por _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente, com fulcro na Lei 8.666/93 e demais consectários legais, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na _____, conforme especificações do lote nº _____ Anexo I, do Edital de Pregão 86 / 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo acima citado, do CRCPR, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato:

- a) Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86 /2017 e seus Anexos;
- b) Documentos de PROPOSTA COMERCIAL e HABILITAÇÃO apresentados pela ora CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, sendo que eventual renovação será objeto de termo aditivo à parte, cujo prazo deverá observar o previsto no art. 57 e seus incisos, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo funcionário Maurício Ostrowski Junior, Gerente de Informática, junior@crcpr.org.br telefone (41) 3360-4711.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização será exercida no interesse do CRCPR e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com este contrato.





CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além do fornecimento dos equipamentos e serviços para a perfeita execução do objeto da presente licitação, obriga-se a:

- Efetuar a entrega dos equipamentos, softwares e realizar as instalações necessárias depois de assinado o contrato, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo do início da sua execução;
- Responsabilizar-se integralmente pelos produtos entregues, nos termos da legislação vigente, bem como fornecê-los de acordo com as especificações constantes deste Contrato e do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico CRCPR nº 86/2017;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Cumprir os prazos para a entrega dos produtos licitados em consonância com a Fiscalização do Contrato;
- Arcar com todos os custos necessários à completa entrega dos materiais;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- Caso efetue a entrega irregular de materiais, a CONTRATADA é a única responsável pelo mesmo e deverá retirá-lo em 24h das dependências da CONTRATANTE, cuja inobservância pode caracterizar infração contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

- I. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- II. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- III. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- IV. Efetuar os pagamentos devidos;
- V. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;
- VI. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.





CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral do CRCPR para o exercício de 2017, Projeto 5002 (Tecnologia da Informação), conta nº 6.3.1.3.02.01.005 (Serviços de Informática), e Projeto 5010 (Modernização do Parque de Informática – Hardware e Software), contas nº 6.3.1.3.01.01.009 (Aquisição de Softwares de Base).

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento dos objetos constantes do(s) lote(s) do Anexo I do Edital nº 86 /2017 – Pregão Eletrônico, o valor de R\$ _____.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento pelo fornecimento do objeto da licitação, depois de atestado pela fiscalização do contrato, será efetuado pelo CRCPR até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança correspondentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetivado por meio de sistema eletrônico ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassem a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos, mediante emissão de qualquer ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Juntamente com as notas fiscais/faturas, deverão ser apresentadas as certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Receita Federal, comprovante de optante do SIMPLES NACIONAL (se for o caso), e a Declaração de Optante pelo SIMPLES FEDERAL, se for o caso.

PARÁGRAFO QUARTO - A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA para consigo, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Os eventuais atrasos de pagamento, por culpa da CONTRATANTE, gera à CONTRATADA o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata tempore die*, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o art. 406 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP





sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF 1234/2012 ou outra norma que venha a substituí-la. Cabe à CONTRATADA o destaque destes impostos no corpo das notas fiscais emitidas.

PARÁGRAFO OITAVO - Não haverá a retenção prevista no subitem anterior caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei no 9.317/96, ou encontre-se em uma das situações elencadas na Instrução Normativa SRF nº 1234/2012 ou outra norma que venha a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I – Advertência.

II – Multas:

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na prestação do serviço, objeto da presente licitação, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva notificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a licitante deverá ser



descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA o valor devido será abatido da garantia. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado de forma administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nos incisos I e III desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:

- por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas, à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não acatamento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal de Curitiba – Seção Judiciária do Paraná, para dirimir as questões oriundas da aplicação e interpretação do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e convencionadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma.

Curitiba, ____ de _____ de 2017.

PRESIDENTE DA CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL





ANEXO V

DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Processo Licitatório nº 86/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO

LOTE

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Curitiba, _____ de _____ de 2017.

REPRESENTANTE LEGAL

